

A INTERDISCIPLINARIDADE APLICADA NA DISCIPLINA DE POLÍTICA EXTERNA, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA¹

FONTES, Pablo²
COSTA DA SILVA, Danielle³
LUZ, Cristina Rego Monteiro da⁴
OLIVEIRA, Alana⁵
REZENDE, Taísa⁶

Resumo: O artigo visa ponderar a relação entre a mídia e as relações internacionais diante da interdisciplinaridade. Nesse sentido, o artigo analisa principalmente a questão da mídia como um novo ator da Política Externa Brasileira, seus repertórios, discursos e interesses, buscando para isso um arcabouço teórico com referências aos autores que estudam a relação entre a mídia e as relações internacionais. Portanto, a partir da observação participante da experiência do laboratório de extensão Política Externa, Mídia e Opinião Pública realizado na Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) busca-se refletir sobre a interdisciplinaridade entre as duas áreas acadêmicas: as relações internacionais e a comunicação social.

Palavras- chave: Política Externa, Mídia, interdisciplinaridade, Laboratório de Extensão.

INTRODUÇÃO

Os estudos de análise da política externa são de fundamental importância, principalmente quando a mesma é compreendida não apenas como uma política de Estado (insulamento burocrático), mas como uma política pública, ou seja, possibilitando que novos atores participem tanto no que concerne a formulação como implementação como já abordava Cheibub (1985).

¹ Trabalho apresentado no GP Economia da Informação, Comunicação e Cultura da Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando pelo Programa de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: pablvictorfontes@gmail.com

³ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: daniellecsilva87@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação e Cultura, Professora Adjunta da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). E-mail: crmluz@globo.com

⁵ Mestranda pelo Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ). E-mail: alanacamoca@gmail.com

⁶ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). E-mail: rezende.taisa@hotmail.com

Nesse sentido, a mídia é vista como um ator que exerce pressão e funciona, como exemplifica Traquina (2005), como um *Watch Dog* ou quarto poder vigiando a agenda da política externa. Essa mesma mídia que exerce pressão consegue, diante de seus noticiários, produzir notícias, reportagens que imprimem no cidadão brasileiro e internacional, a construção de um imaginário nem sempre pertinente a realidade. A diplomacia pública se torna então um elemento importante utilizando os elementos da propaganda para vender uma imagem de cunho positivo à conquista do internacional.

Deste modo, a opinião pública é um importante ator, pois, segundo Badie, “a opinião pública se insinua na arena de gladiadores de Hobbes. A vida internacional assemelha-se cada vez menos a um clube fechado ao debate público, em que somente os príncipes, os diplomatas e os militares tenham direito a participação” (BADIE, 2010; p. 213).

Na visão de Oliveira (2010; p.118), a mídia assume um prenúncio de centralidade, ou seja, uma prevalência quanto ao seu papel de influência. Assim sendo, o papel dos meios de comunicação de massa passa a ser o de influenciar no processo de significação do mundo, na construção social da realidade, ao lado de outros tantos processos de interação social.

Para tanto, o artigo objetiva num primeiro momento mostrar a importância dos estudos de análise de política externa compreendendo-a como política pública e entendendo a mídia como um ator formador de opinião pública. Num segundo momento, o artigo mostra o desenvolvimento do curso de relações internacionais no Brasil, particularmente, da subárea Análise de Política Externa (APE), pontuando uma breve análise histórica do campo e a carência que existe da participação da mídia como elemento, não apenas, de construção de narrativas, de conteúdo de discurso, mas também como formador da opinião pública. Por fim, o artigo busca exemplificar a importância da interdisciplinaridade entre as Relações Internacionais e a Comunicação Social a partir da observação participante do laboratório de extensão universitária Política Externa, Mídia e Opinião Pública, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

POLÍTICA EXTERNA É POLÍTICA PÚBLICA: A MÍDIA COMO ATOR

A Análise de Política Externa (APE) pode ser caracterizada como sendo o estudo dos tomadores de decisão humanos, que agem individualmente ou em grupo, consistindo em uma análise aberta, conceitual, interdisciplinar que procura ir além das fronteiras entre o

doméstico e o externo. Devido às diversas mudanças globais, nos campos social, econômico e político, dentre os impactos resultantes sobre as políticas doméstica e externa dos países estão o entrelaçamento entre o nível doméstico e o internacional e a questão do pluralismo da agência⁷ (HILL, 2003). Por meio da compreensão de que o comportamento externo de um país é determinado por fatores e atores domésticos, torna-se vital analisar o impacto de tais atores domésticos, estatais e não estatais (por exemplo, da sociedade civil), na formulação da política externa de um Estado, se contrapondo à visão realista estadocêntrica⁸ ainda predominante na política externa e nas relações internacionais.

Milner (1997) argumenta que a política doméstica e as relações internacionais estão intrinsecamente relacionadas: a posição internacional de um país exerce um impacto importante nos seus assuntos de política interna e econômicos, assim como sua situação interna molda seu comportamento nas relações exteriores.

A inter-relação entre o nível doméstico e o nível externo também introduz outro tópico à reflexão: a pluralização dos agentes, pois o foco da análise da política externa passou a ir além dos Estados, considerando também outros atores tais como os tomadores de decisão, legisladores e demais grupos domésticos e internacionais como sendo agentes da política externa. Hill (2003), considerando a emergência de novos atores na política externa, observa que os atores políticos envolvidos são todos indivíduos humanos dotados (em graus diferentes) de agência, e, portanto, responsáveis pela tomada de decisão (*decision making*) e pela implementação das políticas, dessa forma, cai por terra a ideia do Estado como ator unitário e ascende, na prática e nas reflexões teóricas, a de que diversos atores internacionais, transnacionais e domésticos são capazes de representarem interesses na escolha e implementação de decisões da política externa.

Assim sendo, enquanto algumas interpretações clássicas de Política Externa trazem somente a figura do Estado como ator unitário nas decisões internacionais, existem outras interpretações que entendem a política externa como construída por meio de um conjunto fundamental de contribuições e influências de atores diversos. Segundo Milani e Pinheiro:

Empresas, organizações não governamentais, mídia, movimentos sociais, igrejas, organismos públicos municipais ou estaduais, por exemplo, passaram a atuar internacionalmente de maneira mais orgânica e

⁷ Por *agência* deve-se entender a capacidade de agir; aqueles dotados de agência são os *agentes*, entidades capazes de decisões e ações em qualquer contexto, podendo ser individuais ou coletivos.

⁸ Fundamentada na noção do Estado como sendo o ator unitário das relações internacionais e da política externa, a perspectiva realista alega a separação entre o campo doméstico e internacional. Segundo Waltz (1996), a função da política externa seria buscar, utilizando a teoria da política internacional, como Estados similares atuam de forma diferente, tendo a preocupação de observar os padrões de comportamento para explicar o que causa tais padrões.

articulada, agindo em muitas ocasiões à revelia do próprio Estado, em nome de interesses privados ou ainda na defesa de causas políticas das mais diversas. Disso tudo resulta o reconhecimento da inegável conexão entre problemas internacionais e temas domésticos. As crises financeiras globais afetam o cotidiano dos cidadãos, a difusão midiática do aquecimento planetário influencia comportamentos no âmbito local, a defesa dos direitos humanos em países distantes mobiliza pessoas de inúmeras nacionalidades (MILANI, PINHEIRO, 2013; p5).

Quando a política externa segue a lógica de ser apenas uma política de Estado, assumindo uma interpretação mais ortodoxa do texto constitucional, ela fortalece o insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Todavia, quando a política externa é tratada como política pública, permite abrir portas, realizar diálogos.

Sendo então uma política pública, a política externa está sensível ao processo de *politização*, a qual é própria da democracia. Portanto, a presença de vários e distintos atores e cujos poderes de agência diferem em termos de acesso às informações, nível de participação na formulação da política e capacidade legal ou constitucional de agir, colabora para tornar a política externa mais plural e democrática, agregando outros valores, ideias, interesses e demandas.

Reconhece-se então a política externa brasileira como política pública ao trazê-la para o terreno da *politics* por meio do reconhecimento de que sua formulação e implementação estão inseridas na dinâmica das escolhas de governo e da crescente politização de sua agenda por meio da intensificação do debate de ideias, valores e interesses, devido não só à presença de diversos atores não estatais, como da ruptura com o insulamento burocrático do Itamaraty.

De fato, autores como Milani e Pinheiro (2013) compreendem, através dos seus estudos, uma nova configuração na política externa brasileira a partir de parâmetros que possam trazer novas formas de atuação de atores presentes, buscando mecanismos de maior participação e interação. Assim sendo, é necessário abrir a caixa preta, ou seja, fazer com que a política externa deixe de se apresentar como uma área isolada das demais, percebendo que fatores domésticos influenciam e refletem na forma de conduzir uma determinada nação. Isto é, desvincular a política externa para fins de teoria realista ou neorealista.

É nesse sentido que o MRE, num mundo cada vez mais conectado e globalizado, utiliza as ferramentas como Twitter, Facebook (página) como forma de diálogo e maior participação da sociedade civil diante do tema da política externa brasileira. Isto é, os meios de comunicação passam a ser significativos em assuntos onde o interesse estatal esteja

presente, levando os pesquisadores a compreender os reais efeitos da mídia junto à política externa, à opinião pública e à própria realidade internacional.

Na visão de Nye (2002); (2004), compreende-se que a mídia como *Soft Power*⁹ somada ao *Hard Power* gera o *Smart Power*¹⁰, ou seja, as duas vertentes unidas e sinérgicas reverberam em um mecanismo de alto calibre de estruturação no sistema internacional. De acordo com Gilboa (2001), a diplomacia pública é um mecanismo que traz novas regras e uma infinidade de implicações entre os governos e o grande público. Para tanto, a diplomacia, segundo o autor, é segregada em três postulados: a diplomacia pública, a diplomacia na mídia e a diplomacia pela mídia. Segundo Gilboa (2001), existe na atualidade um novo tipo de diplomacia que difere da pública, a chamada diplomacia midiática, cuja sociedade de informação age de modo que as influências de conglomerados comunicacionais atuem nas negociações internacionais.

Como exemplo da diplomacia pública, a utilização de redes sociais por parte do Itamaraty como forma, não apenas, de dialogar com a sociedade civil, mas também, como mecanismo de conquistar a opinião pública nacional e internacional. No que concerne, ao uso da diplomacia midiática, na atualidade tivemos o caso Jô Soares- apresentador e jornalista que por meio do seu programa na Rede Globo realizou uma entrevista com a presidente Dilma Rousseff, na busca por um diálogo mais aberto com a sociedade civil e como mecanismo, por parte do Palácio do Planalto, melhorar a imagem da presidente tendo em vista a conjuntura econômica interna que desfavorece a chefe de Estado.

Outra forma de aplicação da mídia nos *policymaking* da política externa brasileira é visto a partir dos noticiários, jornais impressos, web jornalismo e nas redes sociais tendo em vista a repercussão que uma notícia reverbera na opinião pública. Nesse sentido, a mídia atua como um *watch dog* ou cão de guarda, ou seja, exerce pressão, influência por meio dos canais de comunicação buscando, portanto, uma maior interferência na tomada de decisão na política externa. Isto é, a mídia atua como ator.

ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E MÍDIA NO BRASIL

⁹ Joseph Nye cunhou o termo "poder brando" no final de 1980. Agora, é usado com frequência muitas vezes de forma incorreta pelos líderes políticos, editorialistas e acadêmicos de todo o mundo. *Soft power* reside na capacidade de atrair e convencer, influenciando indiretamente o comportamento de outros Estados através dos meios culturais e ideológicos, conquistando seu objetivo através dos meios diplomáticos, culturais e ideológicos.

¹⁰ *Smart Power (Poder inteligente)*, é um termo nas Relações Internacionais definido por Joseph Nye como "a capacidade de combinar *Hard* e *Soft power* em uma estratégia vencedora". De acordo com Crocker, Hampson & Aall (2007), o *smartpower* "envolve o uso estratégico da diplomacia, persuasão, capacitação, projeção de poder e influência de modo que seja rentável e legítima como políticas sociais".

É importante dizer que os estudos de relações internacionais no Brasil são muito recentes, principalmente a título de graduação e de pós-graduação (*stritu sensu*). Como apontam Faria (2011); Vigevani; Thomáz; Leite (2014), as primeiras pesquisas na área de relações internacionais, em termos mundiais, iniciaram suas atividades em 1920.

Em 1927, a London School of Economics criou o primeiro departamento de Relações Internacionais. Com relação ao Brasil, o primeiro curso de graduação iniciou suas atividades em 1974 na Universidade de Brasília (UnB), com o mestrado sendo criado em 1984. O segundo curso de graduação foi o da Universidade Católica de Brasília (UCB), criando somente em 1995. Em 1987, o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) deu início ao curso de mestrado. Já os estudos de análise de política externa, como pontua Herz (2002), foram desenvolvidos a partir de meados da década de 50 do século XX, e havia naquela época uma busca pela compreensão de aspectos domésticos, como elementos decisórios, cognitivos individuais e coletivos.

A partir da década de 80, observa-se uma tendência a superação dessa dicotomia, tendo diversos autores buscado trabalhar com a interação entre processos políticos domésticos e internacionais. (HERZ, 2002; p.11).

No que concerne à Análise de Política Externa como subárea das relações internacionais, é recente o desenvolvimento deste estudo, como apontam Faria (2011); Salomón e Pinheiro (2013), tendo sido um campo polêmico mesmo em países como EUA que apresentam hegemonia no campo das relações internacionais. Segundo Faria (2008), a APE apresenta especificidades em relação às relações internacionais *mainstream*, ou seja, apresenta metodologia, temática e teoria específica para o estudo de modo aprofundado.

Para Hudson (2007); Faria (2011); Salomón e Pinheiro (2013), a APE exige demarcações metodológicas e teóricas como mecanismos facilitadores. Nesse sentido, três elementos se destacam: (1) a explicação do processo decisório como multifatorial (examinar variáveis de mais de um nível de análise); (2) multinível e a (3) A multi ou interdisciplinaridade.

Na perspectiva de Salomón e Pinheiro (2013), quando se trata do estudo de análise de política externa no Brasil, o processo ainda encontra-se em consolidação, por exemplo, no campo instrumental teórico que segundo as autoras é cada vez mais usado na pesquisa acadêmica em vários cursos de graduação e programa de pós-graduação em relações internacionais. Na atualidade, cada vez mais vem se constituindo a compreensão de que a

política externa é política pública, ou seja, fatores domésticos interferem no externo e vice versa, como também o entendimento de que existem outros atores (mídia, empresariado, movimentos sociais, ONGs) que exercem pressão e influência nos *policymakers* ou tomadores de decisão.

Ainda de acordo com Faria (2011); Salomón e Pinheiro (2013), existe no Brasil uma dificuldade por parte da área de discutir a influência da opinião pública na formulação e conteúdo da política externa brasileira. Diferentemente dos EUA, já que a política externa americana é atrelada direta e indiretamente a opinião pública. Esse foi um dos motivos que nos fez trazer textos acadêmicos de cunho nacional e internacional para o programa do laboratório de extensão. Como afirma Badie (2010):

A opinião pública internacional torna-se um importante intruso nesse mundo de frios, que são condenados a acomodar-se e, alternadamente, a trapacear, manipular, mas também adaptar-se, às vezes ser flexível e, frequentemente, negociar. (BADIE, 2010; p.214).

É possível perceber que existe uma ausência dos estudos de mídia e relações internacionais assim como de mídia e política externa. Muitos autores como Miyamoto (1999); Lessa (2005); Vizentini (2005) apontam que tanto o ensino em nível de graduação como de pós-graduação na área de relações internacionais, cuja característica é a multidisciplinaridade, vieram oriundas da História, da Ciência Política, da Economia e do Direito, as quais, de algum modo, realizaram dentro dos seus programas de ensino a abertura para a área das relações internacionais.

É importante mencionar que instituições federais, como a Universidade do Estado da Paraíba (UEPB)¹¹, vêm desenvolvendo estudos atrelados a mídia e relações internacionais, e mídia e política externa em nível de graduação e pós-graduação (*stritu senso*). Em termos de pós-graduação, o Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ) possui entre suas linhas de pesquisa uma chamada “Cultura e Relações Internacionais”, que corrobora para a participação da mídia como ator tanto no âmbito da política externa quanto no segmento das relações internacionais.

¹¹ Grupos de pesquisa: A Construção Estratégica de Imagens do Brasil no Exterior: Comunicação Internacional e Política Externa na ótica da SECOM/Presidência da República (Profª. Drª. Silvia Garcia Nogueira); A construção estratégica de imagens do Brasil no exterior: comunicação internacional e política externa na ótica da Secom/Presidência da República (PIBIC cota 2011-2012); Telesur, um estudo antropológico sobre as práticas e os ideais integracionistas da rede latino-americana de comunicação. Link: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/projetos-de-pesquisa/>

INTERDISCIPLINARIDADE: LABORATÓRIO DE EXTENSÃO POLÍTICA EXTERNA, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA.

Como sintoma da necessidade de buscar a sinergia entre a análise de política externa, principalmente no caso brasileiro, com a participação da mídia como um ator, nasceu a proposta do laboratório de extensão “Política Externa, mídia e Opinião Pública”. O conceito e a importância da interdisciplinaridade são de fundamental importância nessa proposta.

Entende-se a interdisciplinaridade como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade parte de um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. A dificuldade por fazer esta atividade, segundo Leis (2007), é a busca por uma espécie de equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora.

. Como esta tarefa não é algo fácil de fazer, há segundo Leis (2007), uma espécie de “*entrincheiram*”, ou seja, especialistas e subespecialistas tendem a compartilhar o conhecimento apenas entre seus pares. Contudo, a pesquisa social “é uma jornada colaborativa que une várias pessoas com diferentes combinações de ideias e evidências e também de diferentes representações” (RAGIN, 1994; p.164), ou seja, a pluralidade típica das ciências sociais não a torna fragmentada ou entrincheirada, pois todas as maneiras de realização da pesquisa social têm o mesmo objetivo em prol da ciência social pela qual trabalham: prover interpretações sobre a realidade social na qual as pessoas vivem. De acordo com Japiassu e Marcondes (2001):

(...) a interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a interação mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. (...). (JAPIASSU e MARCONDES, 2001; p.107).

Seguindo um raciocínio próximo, Teixeira (2007; p.59) compreende que “a interdisciplinariedade (...) pode significar uma estratégia de flexibilização e integração das disciplinas, nos domínios do ensino e da produção de conhecimentos novos, da pesquisa”. Através da busca de ampliação de conhecimento, a interdisciplinariedade torna-se fundamental para desenvolver uma ciência capaz de unificar diversos pensamentos e permitir, ao estudante, uma visão ampliada dos fatos científicos e corriqueiros.

Para demonstrar a relevância da interdisciplinariedade na atualidade, o autor apresenta um exemplo de um seminário de Interdisciplinariedade em 1970, realizado na

Universidade de Nice, onde foi consenso entre os participantes, nas palavras dos mesmos, que “a crescente complexidade dos problemas enfrentados pelas sociedades modernas” e um fluxo acelerado de mudanças “exigem política científicas que fomentem o trabalho e a pesquisa interdisciplinar” (TEIXEIRA, 2007; p.58).

Nesse sentido, um dos motivos da realização do curso de extensão foi unificar e ampliar o conhecimento dos alunos nas áreas de política externa, mídia e opinião pública, possibilitando que houvesse uma forma mista de pensar, capaz de entender e analisar a realidade atual desses campos. Nota-se que essa questão fora apresentada na década de 1970, o que demonstra a importância da interdisciplinaridade, tanto na questão da ampliação do conhecimento, como em decorrência dos fenômenos atuais de globalização e explosão de tecnologias comunicacionais.

Interdisciplinaridade no entanto, não deve ser confundida com transdisciplinaridade. Segundo Pinto (2005), a transdisciplinaridade é uma tentativa articulada de enfrentar a complexidade gerada pelo grande número de novas disciplinas, que a cada momento são acrescentadas ao conjunto do saber contemporâneo.

É importante afirmar que o laboratório de extensão “Política Externa, Mídia e Opinião Pública” passou por algumas dificuldades na sua gênese, haja vista que tínhamos referências das duas áreas do conhecimento, ou seja, relações internacionais e comunicação social, mas poucas referências bibliográficas produzidas no ponto de encontro entre ambos os campos. A diversidade de objetivos da pesquisa social e de maneiras de produzir representações da vida social de ambos os campos têm como resultado diferentes estudos que iluminam distintos aspectos da sociedade humana. Então, a interdisciplinaridade entre as duas áreas auxilia na complementariedade dos conhecimentos e na produção de análises mais produtivas.

No início do curso, apresentaram-se 19 alunos de diversas áreas e com graus de escolaridade variados. Assim, era preciso lidar com diversas bases teóricas de conhecimentos oriundos das diversas formações dos alunos. Igualmente, havia certo desequilíbrio de graus de conhecimento sobre as temáticas abordadas pelo curso entre os alunos, identificando-se desde aqueles que não tinham conhecimento algum, seja de uma área ou outra, até aqueles que tinham um conhecimento profícuo em uma das áreas que o laboratório abordava.

O perfil dos alunos apresentou a seguinte configuração: 1) Nível de escolaridade: 68% dos alunos estão cursando o ensino superior, enquanto 16% já concluíram e 16%

cursam ou já cursaram alguma Pós-Graduação; 2) Área de estudo/formação: 17% dos alunos vieram ou são do curso de Relações Internacionais, o mesmo percentual é atribuído para aqueles do curso de Gestão e Defesa; 5,5% dos alunos tem como base de formação História e 5,5% Economia; E por fim, Jornalismo e Comunicação são os curso com maiores percentuais de alunos, sendo respectivamente: 22% e 33%; 3) Instituição de origem: cerca de 63%, são da UFRJ, 16% são da UERJ, 10,5% são da UFF e 10,5% são da PUC.

Logo, podemos observar que o perfil dos estudantes é misto, tendo em vista que 58% são mulheres, sendo uma turma equilibrada que abrange perfis de diversas áreas do conhecimento e níveis de ensino. Ainda assim, é importante apontar que todos os estudantes são oriundos de instituições no Estado do Rio de Janeiro, sendo elas públicas ou privadas.

Entendemos o conceito de extensão universitária, do mesmo modo que Serrano (2011), ou seja, a extensão como um aspecto que marca a história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, que passaram por vários matizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos e na sua relação com a comunidade em que esta inserida.

O laboratório buscou compreender as mudanças observadas nas agendas da Política Externa Brasileira, pós-redemocratização, mais particularmente no que diz respeito aos atores domésticos e ao redimensionamento do papel do Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, o projeto buscou analisar mais particularmente a mídia como um novo ator da Política Externa Brasileira, entender seus repertórios, discursos e interesses, buscando para isso um arcabouço teórico com referências aos autores que estudam a relação entre a mídia e a Política Externa Brasileira (e a política externa em geral).

Do mesmo modo, o laboratório visou a analisar as relações entre política externa e democracia tanto no plano internacional quanto no âmbito doméstico, com ênfase no debate normativo e na análise dos diferentes atores nas agendas, sendo o debate principal da disciplina o tratamento da política externa e o papel da mídia na cobertura de temas de política externa (conjuntura brasileira e em perspectiva comparada). Visando o papel da mídia nas agendas de política externa no Brasil e em perspectiva comparada, foi estimulado que os estudantes apresentassem análises sobre como a mídia poderia ser considerada um

agente da política externa e sobre como os temas de política externa são tratados na imprensa (e em outras mídias).

As aulas ministradas pelos monitores, pós-graduandos de áreas correlacionadas à Análise de Política Externa com a supervisão de uma acadêmica pesquisadora da área da Comunicação Social, servindo como guia para manter a perspectiva da mídia e da comunicação social em pauta, visaram os estudos entre as áreas da Política Internacional e da Comunicação Social. Os temas trabalhados foram: Tema 1- Política Externa como Política Pública, Novos Atores e Agenda: a mídia como novo ator; Tema 2- Mídia e Agenda; Tema 3- Opinião Pública e Política Externa; Tema 4- Diplomacia Pública, Midiática e Cultural; Tema 5- Mídia, e Integração Cultural; Tema 6- Globalização, Mídia e Relações Internacionais; Tema 7- Política Externa, Mídia e Análise de Conteúdo de Discurso.

As aulas ministradas contavam não apenas com arcabouço teórico, mas também com mecanismo de interação a partir do uso de recursos tecnológico. Durante as aulas foram utilizados filmes, documentários, reportagens a partir dos telejornais tanto de amplitude nacional como internacional. Foi criado também, por meio do Facebook¹², um espaço virtual do laboratório como mecanismo de melhor e maior interação. Por meio deste grupo foi possível construir junto aos alunos uma perspectiva de mão dupla, por meio de compartilhamento de informações incluindo fotos, vídeos, conteúdos jornalísticos, artigos científicos que envolveram temas das disciplinas. Foram compartilhados 58 arquivos de conteúdos programáticos (textos complementares, textos analíticos e eventualmente suporte para o aluno com um maior interesse temático). Também foram compartilhadas 27 fotos, entre as quais charges, matérias de jornais impressos, telejornais, web jornalismo, documentários, filmes, entrevistas, propagandas vinculadas no cotidiano que trouxesse de algum modo, temas que seriam tratados em sala de aula. Aos alunos também foram oferecidas permanentemente informações sobre palestras, eventos, simpósios, congressos concernentes à proposta pelo laboratório. Do mesmo modo, o grupo, que recebeu o mesmo nome da disciplina, pôde ser utilizado como mecanismo de compartilhamento e envio do

¹² A noção de redes se apresenta articulada às tecnologias da informação cujo debate vem sendo travado em vários campos do conhecimento. Segundo os autores Colonomos (1995); Acioli (2007), a rede é um conjunto de relações sociais entre atores com pouca institucionalização, reunindo grupos numa espécie de associação cujos limites são variáveis e sujeitos a vários tipos de interpretações.

conteúdo programático da disciplina aliado ao *Dropbox*¹³ e de um e-mail criado, especialmente, para a disciplina.

Uma das primeiras mudanças importantes detectadas pela comunicação mediada por computador nas relações sociais é a transformação da noção de localidade geográfica das relações sociais, embora a internet não tenha sido a primeira responsável por esta transformação. O processo de expansão das interações sociais começa com o surgimento dos meios de transporte e de comunicação (...) o início da aldeia global é também o início da desterritorialização dos laços sociais. (RECUERO, 2009; p.135).

As aulas ministradas funcionaram a partir de um rodízio entre os monitores, todavia em todos os dias das aulas que aconteciam nas dependências da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), todos os monitores e assim como a supervisora do laboratório estavam presentes na sala de TV e Vídeo da Central de Produção Multimídia (CPM), toda segunda feira, às 18h30min, no campus da Praia Vermelha- Urca, com duração de aproximadamente três horas de conteúdo programático.

Os motivos que levaram os alunos a se matricularem no curso, em sua maioria motivados pela ausência de matérias sobre a ligação entre política externa e mídia em seus cursos, assim como a ativa participação deles ao longo do curso, propiciando intensos debates e reflexões sobre os temas abordados, corroboram para a importância do lecionamento desse curso interdisciplinar e também para as pesquisas a respeito da mídia e da opinião pública na política externa. Por meio da vinculação entre as leituras bibliográficas, as quais constituíram o fundamento teórico da disciplina, com casos empíricos atuais e históricos, foi possível demonstrar a relevância da temática do curso e como a mesma ainda é um campo fértil para futuras pesquisas acadêmicas, principalmente nos tópicos referentes à mídia como ator, ao impacto da opinião pública, ao papel dos jornalistas e à comunicação social em geral como instrumento de formulação e fiscalização da política externa, brasileira ou de outros países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹³ Dropbox é, sem dúvida alguma, uma das principais **ferramentas da tecnologia** de computação em nuvem – ou cloud computing. Criada pela empresa homônima, Dropbox Inc., tem sede no estado da Califórnia, em São Francisco, EUA. Tanto pode armazenar quanto compartilhar dados e arquivos. Esse armazenamento de dados é feito em computadores da própria empresa, que, a partir do momento em que faz a cópia, torna-os acessíveis a qualquer usuário que tenha conexão com a internet. Link: <http://www.scriptbrasil.com.br/informatica/armazenamento/dropbox.html>

O objetivo deste artigo foi provocar reflexões a partir da compreensão da política externa como política pública. Nesse sentido, a mídia é vista como um dos atores que imprimem diante dos seus veículos de comunicação, desde impresso ao televisivo, a partir das notícias informações sobre a conjuntura internacional e a política externa brasileira uma pressão na agenda da política externa e internacional brasileira. Não obstante, o artigo mostrou, a partir de reflexões bibliográficas de recentes estudos e da difusão dos conteúdos atrelados às relações internacionais no Brasil, a ausência do tema da mídia na formação dos cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais. Quando tal relação aparece, ela se faz presente a partir de disciplinas eletivas, também chamadas de optativas.

É importante ponderar que o artigo também buscou a partir da observação participante retratar a interdisciplinaridade entre as relações internacionais, a subárea análise de política externa, a mídia e a opinião pública. Nesse sentido, o laboratório Política Externa, Mídia e Opinião pública criado em fevereiro de 2015, propiciou não apenas um mecanismo de debate, mas também um ato de reflexão sobre a relação destas duas áreas que cada vez mais apresentam uma tendência de maior conexão, além da existência do interesse pela temática entre os alunos.

O que buscamos neste artigo é começar, não apenas a partir dos estudos e reflexões teóricas sobre a relação mídia e relações internacionais, mas também enfatizar a importância destas áreas. É evidente que não pretendemos esgotar este tema, pelo contrário, este é apenas um passo inicial objetivando aprofundar, em longo prazo, os estudos sobre a interdisciplinaridade das duas áreas trazendo em loco bibliografia, gráficos, tabelas e pesquisas em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACIOLI, Sônia (2007). “Redes Sociais e Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito”. In. *Revista Inf. Inf.* Londrina, v.12 , n. esp, 2007. Acessado em 02/07/2015.
- BADIE, Bertrand (2010). “A opinião à conquista do internacional”. In: MILANI, Carlos (org). *Relações Internacionais: perspectivas francesas*. EDUFBA: Salvador- Bahia.
- BULL, Hedley. (1977). *Sociedade Anárquica*. Brasília: UNB.
- CHEIBUB, Zairo (1985). “Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica”. In. *Dados*. vol. 28, n. 1. Acessado em 04/07/2015.
- COLONOMOS, A (1995). “Emergence d'un objet et perspectives internationalistes”. In. CHARILLON, F. et al. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: Editions L'Harmattan.

- CROCKER, Chester A.; HAMPSON, Fen Osler; e AALL, Pamela R. (2007). *Leashing the Dogs of War: Conflict Management in a Divided World*. EUA: Institute of Peace Press.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2008). “Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº51, p.80-97, 2008.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2011). “O ensino e a pesquisa sobre política externa no campo das Relações Internacionais do Brasil”. Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), São Paulo, USP, 20 a 22 de julho de 2011.
- FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobrec. (2006). “A Evolução da Hipótese de Agenda-Setting”. Brasília: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/Artigo%20Peb%20e%20M%C3%ADdia/Formiga,%20F.%20A..pdf>. Acessado em: 13/03/2014.
- GILBOA, Eytan (2001). “Diplomacy in the media age. Three models of uses and effects”. In. *Diplomacy & Statecraft*, v.12, n.2, p.1-28.
- HERZ, Mônica (2002). “O crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil”. In. *Revista Contexto Internacional*. PUC-RIO. Acessado em 03/07/2015.
- HILL, Christopher. (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- HUDSON, Valerie (2005). “Foreign Policy Analysis: Actor – Specific Theory and the Ground of International Relations”. In. *Foreign Policy Analysis*. Vol. 1, issues 1, 2005, pp. 1–30.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Disponível em: http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf Acesso em: 7 de julho de 2015.
- LEIS, Héctor Ricardo (2008). *Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade*. Disponível em: <http://ppgich.ufsc.br/files/2009/12/TextoCaderno73.pdf>. Acessado em 02/07/2015 .
- LESSA, Antônio Carlos (2005). “O ensino de relações internacionais no Brasil”. In CERVO, Amado; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

- LOWI, Theodore. (1966). “Making Democracy Safe for the World: National Politics and Foreign Policy”. In. ROSENAU, James (ed.). *Domestic Sources of Foreign Policy*. Nova York: Free Press, pp. 295-332.
- MILANI, Carlos R. S; PINHEIRO, Letícia. (2013). “Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública”. *Contexto Internacional*, vol. 35, nº1.
- MILNER, Helen V. (1997). “Actors’ Interests, Policy Preferences, and the Demand for International Cooperation”. *Interests, Institutions and Information, Domestic Politics and International Relations*. Princeton University Press, pp.33-66.
- MIYAMOTO, Shiguenoli (1999). “O estudo de relações internacionais no Brasil: O estado da arte”. In. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 12, 83-98, jun. Acessado em 01/05/2015.
- NYE, Joseph S (2014). *Power in the global information age*. New York, Editora: Routledge.
- OLIVEIRA, Rafael de (2010). *A mídia como ator emergente das relações internacionais: seu protagonismo no uso do soft Power frente aos desafios das mudanças climáticas*. Santa Catarina: Tese de Doutorado em Direito.
- PINHEIRO, Letícia (2000). “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da Política Externa Brasileira contemporânea”. In. *Contexto Internacional* vol.22 n.2. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, jul./dez. p.305-335.
- PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (org.) (2012). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PINTO, P. R. M. (2005). “A lógica contemporânea e a transdisciplinaridade”. In. DOMINGUES, I. (Org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade II*. Belo Horizonte: UFMG.
- PUTNAM, Robert D. (2010). “Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. In. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, vol.18, nº 36, pp. 147-174, junho de 2010.
- RAGIN, Charles C. (1994). *Constructing Social Research*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- RECUERO, Raquel (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. (2013). “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”. In. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 56 (1): pp. 40-59.
- SERRANO, Rossana Maria Souto Maior (2011). *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. S/A. Disponível

em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf.

TEIXEIRA, Evilázio F. B. (2007). “Emergência da Inter e da Transdisciplinaridade na Universidade”. In: AUDY, Jorge L.N.; MOROSINI, Marília Costa (org). *Inovação e Interdisciplinaridade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp.58-80.

TRAQUINA, Nelson (2005). *Teoria do Jornalismo- Porque as notícias são o que são*. Volume I (1º edição) Insular.

VIGEVANI, Túlio; THOMÁZ, Lais Forti; LEITE, Lucas Batista (2014). “As relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização”. In. *Revista Inter Relações*. Faculdade Santa Marcelina, ano 14, N°40. Acessado em 03/07/2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2005). “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil”. In CERVO, Amado; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

WALTZ, Kenneth N. (1996). “International Politics is not Foreign Policy”. In. *Security Studies*, vol 6, nº1, pp. 54-57.